

TEMPORÁRIAS

**COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DA ALERJ
REQ. 16/2019****11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - CUIDADOS PALIATIVOS- 8/11/2019**

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, as treze horas e trinta minutos, na sala trezentos e dezesseis, terceiro andar do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Re-presentation para Acompanhar o Cumprimento das Leis da Alerj, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Minc. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e iniciou a composição da mesa para os trabalhos da Audiência Pública com o tema: "Cuidados Paliativos". Continuando o senhor Presidente convidou para compor a mesa, o senhor Emani Costa Mendes-Coordenador Geral do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cuidados Paliativos da ENSP/ FioCruz; senhora Luciana Aparecida -Vice Diretora do Hospital do Câncer IV Unidade de Cuidados Paliativos do Inca; Senhora Germana Perissé- Representando a Subsecretaria de Hospitais de Urgência/Emergência da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro- Responsável pelo Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso; senhora Janete Nascimento- Usuária dos Cuidados Paliativos; senhora Guaciara - Paciente do Inca, há quinze anos com câncer metastático; senhora Daiane Cavalcante da Silva-Familiar de Usuário dos Cuidados Paliativos; senhora Ana Caroline-Conselho de Enfermagem- CO-REN; senhor Filipe Gusmam - Presidente da Regional Sudeste da Academia Nacional de Cuidados Paliativos e Membro do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro-CREMERJ; senhora Andréa Augusta Castro-Professora da Disciplina de Cuidados Paliativos na UERJ; senhora Raquel Ramos-Enfermeira do Instituto Nacional do Câncer e do Hospital Universitário Pedro Ernesto; senhor Luiz Tenório - Trabalha no Gabinete do Deputado Minc; senhora Flor-Trabalha no Gabinete do Deputado Minc; senhor Bruno Boisson- Representando a ACIERJ-Associação de Cuidadores do Estado do Rio de Janeiro e Representando também a UNIBRAX, uma União Brasileira, recém criada, para dar vez e voz aos Cuidadores, além disso, também é terapeuta hospitalar com pacientes terminais e Capelão Missionário; senhora Elaine Marçal-Conselho Regional das Nutricionistas, Fiscal Nutricionista; senhora Michelle Macario- Frente Estadual do Combate ao Câncer de Mama no Estado do Rio de Janeiro, Diretora Administrativa do Hospital Mário Kroeff. Prosseguindo o senhor presidente anunciou a presença do senhor Marcos Antonio-Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica; senhora Cláudia Ramos-Médica de Família, representante da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; senhora Daniela Freitas Bastos-Vice Presidente da Fundação Elizabeth Kubler-Ross do Brasil; senhor Odenício Junior Marques de Melo- Hospital Casa Evangélica; senhora Jhiovana Ibáñez- Presidente da ONG Pérolas, ajuda mulheres com câncer; senhora Edna Moreira da Comissão de Cuidados Paliativos do Hospital Universitário Gaffree e Guinle;senhor Roberto da Silveira -Assessor Parlamentar da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro; senhora Thais Severino, Superintendente de atenção primária à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro; senhora Ana Paula Menezes Bragança dos Santos- Coordenadora Adjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cuidados Paliativos da FioCruz e Membro da Frente Estadual de Combate ao Câncer de Mama. Com a mesa composta, o senhor Presidente, abriu os trabalhos, passando na palavra a todos os membros já indicados, após exposições deu-se amplo debate e foi aberta a palavra aos inscrites Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o senhor presidente Carlos Minc, agradeceu a presença e a colaboração de todos e suspendeu a reunião para que eu, Ana Cristina C. Silva, secretária da Comissão do "Cumpra-se" matrícula 201.400-9, lavrasse a presente ata, informando que as notas taquigráficas encontram-se no Departamento da CPI, caso necessário algum tipo de consulta. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida aprovada e assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 08 de novembro de 2019. (a)Deputado CARLOS MINC-Presidente (a)Ana Cristina C. Silva-Secretária

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL E DE OFFSHORE E DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(REQUERIMENTO Nº 213/2021)****ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às quatorze horas, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniu-se a comissão instituída pelo Requerimento nº 213/2021, sob a presidência da Senhora Deputada Célia Jordão, contando com a presença dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro e Rubens Bomtempo, membros efetivos. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Senhora Presidente, declarou aberta a quinta reunião ordinária, conforme convocação por edital, publicado na data de quatorze de maio do corrente ano, com o objetivo de ouvir o Excelentíssimo Senhor Senador Carlos Portinho. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, fez uma pequena introdução sobre a Comissão Especial para Acompanhar e Buscar Soluções para o Fortalecimento e a Ampliação da Indústria Naval de Offshore e do Setor de Petróleo e Gás no Estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, a Senhora Presidente passou a palavra para os Deputados membros da Comissão e ao convidado presente, que fizeram o uso da palavra para esclarecimentos. Após, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=VP8E-NQfu5k>, contém a íntegra da reunião, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas, em anexo, da qual, para constar, eu, André Luiz Coutinho Merlo, matrícula 201.762-2, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, 17 de maio de 2021. (a) André Luiz Coutinho Merlo - Secretário "ad hoc" (a) Deputada CÉLIA JORDÃO - Presidente

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Às 14h28 do dia 17 de maio, na condição de presidente da Comissão Especial para Acompanhar e Buscar Soluções para o Fortalecimento e Ampliação da Indústria Naval e de Offshore e do Setor de Petróleo e Gás do Estado do Rio de Janeiro, contando com a presença do deputado Rubens Bomtempo, e sob a minha presidência, deputada Célia Jordão, dou por abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária, com o objetivo de ouvir e ter a participação honrosa do Exmo. Sr. senador Carlos Portinho, senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

Gostaria de passar alguns informes, Bomtempo. Um deles é que já ficou confirmada a nossa reunião com a Petrobras, no dia 24 de maio, segunda-feira, no mesmo horário, às 14h. Também recebi um ofício da Petrobras, que é oriundo da sua gerência de relacionamento com o poder público estadual e municipal, dando notícia da celebração do contrato de construção de um novo FPSO para o campo de Búzios.

(LENDO) "A Petrobras vem, por meio desta, informar que assinou contrato para a construção da 7ª unidade de produção, a ser instalada no campo de Búzios, no pré-sal da Baía de Santos, com capacidade de processamento de 180mil barris de óleo e 7.2 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A plataforma P78, do tipo FPSO, unidade flutuante que produz, armazena e transfere petróleo, será construída pela empresa Keppel, e tem entrega prevista para 2024.

O novo FPSO proporcionará interligação de um total de 13 poços, sendo seis produtores e sete injetores, e se somará às quatro unidades que já se encontram em operação no campo de Búzios e respondem por mais de 20% da produção total da Petrobras. O contrato prevê o atendimento ao conteúdo local de 25%, com serviços a serem executados no Brasil, por meio de parceria ou subcontratação de empresas nacionais, sendo esse percentual previsto em

edital e comprometido com a ANP para o excedente de cessão onerosa do campo de Búzios. Vale ressaltar que o campo de Búzios, descoberto em 2010, é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo, devendo chegar, ao final da década, com a produção diária acima de dois milhões de barris de óleo equivalente por dia, tornando-se o ativo da Petrobras com maior produção.

Sem mais para o momento, reforçamos nossos protestos de estima e consideração". (CONCLUI A LEITURA)

Então, esse comunicado da Petrobras, senador e quem está nos acompanhando, é fruto também de um trabalho que a nossa Comissão vem desenvolvendo. Nossa Comissão que tem por objetivo justamente fazer esses levantamentos junto aos órgãos que são os principais atores, para acompanhamento desse segmento da nossa economia aqui no Estado do Rio de Janeiro, que já foi tão próspera e que já gerou um número bastante elevado de empregos diretos e também indiretos para a economia e que, nesse momento, é de fundamental importância.

Então, a busca do apoio dos senadores do Estado do Rio para essa frente de trabalho estabelecida aqui por nós, na Alerj, foi a deliberação da Comissão, e nós ficamos muito felizes pela sua participação, senador. O senador Romário respondeu dizendo da sua impossibilidade em função de uma outra agenda e nós não obtivemos, até a data, a resposta do gabinete do senador Flávio, que também é comprometido com o estado, mas que, até o momento, não conseguiu encaminhar essa resposta.

Então, senador Portinho, nós temos dois PLs de suma importância que trazem para o Estado do Rio de Janeiro um impacto bastante considerável e relevante no que diz respeito à economia vinda dessa indústria marítima. Uma delas é o PL conhecido como BR do Mar, que já está no Senado. Nós tivemos uma conversa bastante produtiva com o senador Nelsinho Trad, que é o relator da matéria. Fizemos um encaminhamento de sugestões consolidadas da Comissão, assim como sugestão da nossa assessoria técnica, através da dra. Magda Chambriard, que também está acompanhando essa reunião, e o PL que está na Câmara de Deputados que fala a respeito do conteúdo local. Isso é a nossa luta pela execução do conteúdo local.

Eu gostaria de poder contar - nós todos aqui, todos os deputados, deputado Rubens Bomtempo, deputado Waldeck Carneiro, deputado Rosenverg Reis, deputado Felipe, que precisou, nesse momento, se afastar, mas todos nós estamos contando com a força do senador que, como disse bem o Bomtempo, com toda certeza, naturalmente, já vai abraçar aqui a nossa causa nessas questões.

Nós já estivemos, senador - apenas para fazer uma pequena retrospectiva dos trabalhos aqui da Comissão - em reunião com a ANP, com o representante do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, com a Secretaria de Estado e de Desenvolvimento Econômico, com o representante vice-presidente do Sinaval, e todas as reuniões foram bastante proveitosas, no sentido de nos repassar dados que são importantes no cumprimento do conteúdo local. É preocupante quando nós, dentro dessas informações todas apresentadas, que as empresas, dentre elas a Petrobras, prefiram pagar a multa do que, de fato, cumprir com as suas obrigações de conteúdo local, numa demonstração de pouca preocupação com a responsabilidade social, e aí falando mais diretamente, em relação à Petrobras, no seu papel fundamental indutor dessa indústria, na geração de emprego.

Em relação à questão da participação do representante do Conselho Diretor, ele, inclusive, senador, nos passou a informação de que existe no Ministério de Infraestrutura uma proposta de algumas alterações, dentre elas a Resolução do Conselho Monetário Nacional, uma resolução que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Marinha Mercante, que é fundamental no fomento a essa indústria, porque esse financiamento é importantíssimo para a indústria marítima, e algumas propostas que estão em andamento, sobre o reparo, que é o desdobramento para a manutenção; ampliação do financiamento para cadeia de suprimento, que são os fornecedores da indústria naval; ampliação de financiamento para módulos de plataformas e manutenção de módulos de plataformas; ampliação de financiamento para descomissionamento e desmantelamento; ampliação do financiamento para pesca industrial. Então, são propostas que estão já em andamento no Ministério de Infraestrutura e que nós desejamos, ansiosamente, poder contar com a sua participação.

Aí, já feita essa introdução breve dos trabalhos que já estão encaminhados pela Comissão, eu queria também ouvir um pouquinho da atuação de V.Exa. naquilo que o Rubens Bomtempo já se pronunciou, em relação à sua atuação para o Estado do Rio de Janeiro, nessa questão do nosso trabalho.

O SR. CARLOS PORTINHO - Muito obrigado, deputada Célia; meu deputado Rubens Bomtempo, querido, muito bom saber que vocês dois, junto com outros parlamentares, estão envolvidos diretamente no assunto, a deputada Célia, certamente, pela questão geográfica de Angra dos Reis, do Sul Fluminense. Na verdade, todo nosso estado, não é, Célia?

O Estado do Rio de Janeiro está debruçado sobre o mar. Então, o mar é um grande ativo nosso e a gente não pode deixar de desenvolver políticas públicas que beneficia esse setor, que é um setor que, além do mais, emprega e muito no nosso estado. Tenho certeza de que grande parte da perda do emprego vem justamente do desestímulo a esse setor. É verdade que, durante muitos anos, esse setor se sustentou por subsídios e talvez ele precise continuar até, justamente, que ele pegue tração e o estado possa ir saindo das atividades do setor e deixando a iniciativa privada e o mercado naturalmente regular. Mas a verdade é que o Brasil hoje está muito atrasado do ponto de vista da tecnologia e do preço, e aí em parte por conta de alguns países onde a questão trabalhista, a mão de obra é mais barata, os custos de produção são mais baratos. Eu acho que é isso que leva, no final das contas, os nossos investimentos para outras fronteiras; dinheiro que deveria estar sendo investido aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Eu tenho acompanhado, Célia, a questão da BR do Mar. Também tive uma reunião tanto com o IBP quanto com o Sindicato da Indústria Naval. O Sindicato me encaminhou uma sugestão de emenda ao projeto relatado pelo senador Nelsinho Trad, principalmente para que confira a preferência ao produto nacional, porque acho que, só de conferir a preferência, mesmo que hoje a gente ainda não consiga disputar com o mercado internacional, já é um indicador, um impulso, para que políticas públicas possam ser adotadas pelo Estado do Rio de Janeiro, pelos municípios e principalmente pelo governo federal, para que isso aconteça.

Quando a gente abre mão dessa preferência, a gente também está abrindo mão dessas políticas públicas, porque, quando a gente exige, a gente sinaliza de que há um potencial de que políticas públicas devam ser desenvolvidas focando esse setor e a preferência que a legislação - espero - conceda ao setor.

Eu conversei com o senador Nelsinho Trad. Fez questão de dizer que esteve, tanto com o Sinval, tanto com vocês, reunido. Isso logo antes, um dia antes. Foi logo no dia seguinte. Ele fez questão de registrar e ele já me antecipou que vai absorver a emenda que eu coloquei, mas, na verdade, que nasce justamente do movimento do setor, para que seja dada a preferência na BR do Mar à aquisição de embarcações de bandeira nacional.

E eu, conversando com o IBP, entendo que hoje talvez o Brasil não tenha tecnologia para concorrer com outros países. Mas coloquei isso: que, a partir do momento que a gente aponta a preferência, a gente também empurra os governos a desenvolverem políticas públicas e que isso daí só pode ser positivo. E, se não temos ainda tecnologia para esse tipo de embarcação de cabotagem, que foi uma questão colocada pelo IBP, que a gente induza a isso e, principalmente, que a gente, então, adquira as embarcações de quem as fabrica, mas que seja com uma bandeira brasileira. Que, num primeiro momento, se esse é o caminho, ok, mas que, em breve, a gente possa estar produzindo e avançando na tecnologia necessária para concorrer, porque é isso.

O Rio de Janeiro, principalmente, o Brasil está debruçado sobre o mar. Países outros têm o domínio de toda a expertise sobre a navegação e aos sistemas comerciais de navegação, como, por exemplo, a própria Noruega, Japão. Por que não o nosso país? Que já tem uma história, que já tem mão de obra, principalmente, qualificada para trabalhar nesse setor?

Então, eu estou atento. Sou um canal, sou senador do Rio de Janeiro. Não conheço de todos os temas. Esse é um tema que, para mim, é estranho, sim. Tenho a maior humildade de dizer isso, mas, como disse o Bomtempo, quando eu sou chamado, eu entro de corpo e alma. E me valho da expertise daqueles que estão interessados no desenvolvimento do setor, como vocês, deputada, e como principalmente o Sindicato da Indústria Naval aqui do nosso estado. Então, me tenham como um parceiro no Senado. Sei que esse assunto é do interesse também do senador Romário, do senador Flávio. Na verdade, todos nós, nós três, que representamos o estado, temos que estar atentos, porque esse é um grande ativo do Estado. É o que eu sempre digo: a gente precisa colocar os nossos ativos para funcionar em favor do estado. Todo esse momento que o estado do Rio de Janeiro vive é preocupante. Mas nós temos ativos, e precisamos saber, do ponto de vista estratégico, posicioná-los.

E nossos representantes, vocês da Alerj, nossos senadores no Senado Federal, nossos deputados, como o deputado Altineu, que também é da região de São Gonçalo, e tantos outros estejam firmes em buscar as posições desse setor.

Esse, especificamente, o PL da BR do Mar, eu estou acompanhando com a contribuição de vocês. E todos os outros, todas as articulações que forem necessárias em Brasília, junto ao Ministério da Infraestrutura, que a gente possa tratar junto. Porque, é lógico, eu também sou um defensor do livre mercado. Mas muitas vezes, para que a gente possa alcançar um nível de concorrência, não podemos abrir mão da participação do estado, como grande agente incentivador e gerador de empregos para o nosso país e para o nosso estado. Vou continuar acompanhando aqui, Célia, e aprendendo um pouquinho mais em cada sessão para a qual for convidado. Agradecendo de coração por estar presente.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Pode falar, Bomtempo.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Eu queria só salientar algumas coisas que eu acho que também são importantes. Em primeiro lugar, eu acredito, senador, que a nossa principal empresa que gera encomendas, que induz o desenvolvimento tecnológico e de conteúdo local, é a Petrobras. Ela precisa acreditar mais na indústria naval. Ela precisa mais acreditar no nosso setor. Porque, senão, você nunca vai conseguir convencer aquelas empresas internacionais a virem comprar serviço no Brasil. Se nem a empresa nacional compra serviço no país, como é que nós vamos buscar os estaleiros do Brasil para poder fazer manutenção das nossas embarcações? Então, eu acho que a primeira coisa é isso: a gente tem que fazer um esforço, primeiro, de acreditar um pouco mais na nossa história, no nosso conteúdo, naquilo que a gente já desenvolveu.

A questão do preço é importante. Claro que é! Eu não estou negando isso. Só que a gente sabe que a gente precisa desenvolver a nossa indústria naval para que ela fique mais competitiva. E, na medida que ela se transformar numa indústria mais competitiva, ela vai ter preço melhor. A empresa só precisa se desenvolver, e a gente precisa do estado, como muito bem mencionou o senhor, mas também da Petrobras como um todo, para que ela possa ser esse fator de indução desse processo todo. Não há estaleiro nesse país, no mundo inteiro, que viva só de reparo. Só o reparo não basta para você conseguir manter um estaleiro. Você precisa de ter encomendas.

Então, é importante não só para a Petrobras, nas suas embarcações de apoio, mas também nas cabotagens - por isso que a gente falou também da BR do Mar - para que a gente possa novamente fazer com que a nossa indústria naval se desenvolva. Agora, tem um detalhe que eu faço questão de observar aí, Portinho, que acho fundamental. A gente está vendo outros estaleiros, fora do Estado do Rio de Janeiro, conseguindo avançar, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, e são todos nacionais, estão aqui no nosso país. E o Estado do Rio de Janeiro está assistindo seus estaleiros ficando realmente umas sucatas. A gente não pode aceitar um negócio desses. "Ah, a maioria dos estaleiros estão no Estado do Rio de Janeiro." Mas quando você olha como que está o passivo desses estaleiros, você fica assustado. Então, para que eles possam se recuperar, e serem pujantes novamente, a gente precisa ajudá-los.

Então, é nesse sentido que eu queria intervir que a gente está perdendo terreno dentro do nosso próprio país, para outros estados, com essa conversa de que a gente não tem capacidade, de que a gente é o patinho feio da Federação. Então, a gente tem que parar e pensar muito nessa questão e cobrar muito da Petrobras.

A Petrobras, a sede dela é no Rio de Janeiro. A maioria dos poços dos campos de petróleo estão no Estado do Rio de Janeiro. Então, a Petrobras tem que ter um compromisso maior com o Estado do Rio de Janeiro. Então, é essa intervenção que eu queria fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, Bomtempo. Você se lembra, Bomtempo, da reunião que nós fizemos semana passada, no dia 10, e que justamente o representante do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante ressaltou a importância do financiamento que é feito pelo Fundo. E afirmou, com todas as letras, que nós temos, sim, capacidade de produção pelos nossos estaleiros aqui no Rio de Janeiro. Ele mencionou um deles, o Brasfels, que fica em Angra dos Reis.

Na verdade, o senador Portinho falou a respeito das informações do IBP. Mas o IBP, senador, defende as empresas, e não o interesse do Estado. A nossa intenção é justamente defender o cidadão. A participação do estado, como o senhor falou, é importante.

Nós também acreditamos na participação da iniciativa privada, mas quando olhamos lá para fora, por que a Coreia e a China são mais competitivas? Porque existe um forte subsídio do estado, porque, se não houvesse eles também não teriam essa força competitiva. Então, quando isso é apresentado dessa maneira: "Ah, a mão de obra é mais cara!", é porque aqui o estado ainda não entrou forte como lá fora. Então, quando deixamos de olhar para a nossa economia interna e não sentimos capazes dessa competição, não vamos frear essa questão que vem acontecendo que é a evasão de nossas divisas, através disso.

A Petrobras, na verdade, tem que começar a agir de maneira diferente porque ela não contrata diretamente aqui, ela cria as holds, lá fora para o caminho ficar diferente nesses contratos. Eu estou aprendendo muito nesta Comissão e acredito que os colegas também, porque não é um tema simples, ele demanda técnica e estamos aqui sempre pedindo a ajuda dos "universitários", a Dra. Magda, o Mauro Osório, dentre outros.

Mas é só para destacar, e o Bomtempo lembra que ouvimos isso do representante do Conselho Diretor e ele foi muito enfático: "os nossos estaleiros são capazes de produção sim. E quando a gente fala de barcos de apoio, são navios, a cabotagem são navios e venho de uma cidade do interior, que é Angra dos Reis, e quando eu era criança, para nós era um evento ir lá para a beira da Rio Santos ver o antigo estaleiro Verolme lançar navio ao mar.

Então, temos essa capacidade e o que pedimos, justamente, a V. Exa., é esse socorro, que seja também a nossa defesa, aí em Brasília. E se não for abuso, o senhor já se colocou à disposição, de tentar uma agenda, tanto com o Ministro das Minas e Energias, assim como com o Ministro da Infraestrutura para que possamos colocar o nosso anseio na mesa e debater, de maneira mais ampliada essa questão.

A indústria do petróleo e gás é promissora em nosso país e a maior parte disso está aqui no nosso Estado. Então, vamos tentar somar forças.

O SR. CARLOS PORTINHO - Célia, se você me permite, eu gostaria de fazer uma junção do que disse o nosso querido Rubens Bomtempo com quem você falou. Em Brasília, não tenha dúvida, vou buscar essas reuniões e tem lá um representante. Mas o Bomtempo falou uma questão que me preocupa muito, e é natural que, por conta dos últimos anos de governo, o governo atual praticamente reage. Agora, a gente tem um governador, de fato, empossado, que pode olhar, um pouquinho mais num horizonte futuro. Até aqui é natural que muito se agiu por reação. Digo isso porque acho que - como falou o Bomtempo - a gente precisa que o Estado do Rio de Janeiro defina, claramente, qual é sua política pública, de futuro para o setor naval, senão estaremos de pires na mão, pedindo para a Petrobras,